


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0004404-94.2013.8.26.0566**

Classe - Assunto **Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 20/01/2014 17:22:56 faço estes autos conclusos ao  
Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc.  
subscrevi.

**RELATÓRIO**

**VALDIR AZEVEDO DOS SANTOS** opõe embargos de terceiro contra a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** voltando-se contra o bloqueio, nos autos da execução fiscal, do veículo que adquiriu de boa-fé da pessoa de Edson José Baptita em 24/02/2012. Juntou documentos (fls. 06/16).

A inicial foi aditada (fls. 21) e recebida (fls. 22), determinando-se a suspensão da execução.

A embargada contestou (fls. 26/35), alegando a presunção de fraude na alienação do veículo pelo executado, nos termos do art. 185 do CTN.

Não houve réplica (fls. 36).

As partes foram instadas a especificar provas, silenciando o embargante (fls. 39), e declarando a embargada não ter provas a produzir (fls. 40).

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido imediatamente, na forma do art. 1053 c/c art. 803, § único c/c art. 330, I do CPC, uma vez que não há a necessidade de produção de outras provas, salientando que as partes não poderão alegar cerceamento de defesa pela não abertura da fase instrutória pois, instadas a especificar provas, silenciou o embargante (fls. 39), e declarou a embargada não ter provas a produzir (fls. 40).

O art. 185 do CTN preceitua: “presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa. Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

inscrita.”

No caso das execuções de crédito tributário, como se vê, a simples alienação ou oneração de bens, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, após a inscrição em dívida ativa, desde que dela resulte a insuficiência de patrimônio para responder pela dívida, já firma presunção de fraude.

*Tal presunção, todavia, não se aplica às alienações/oneações ulteriores, e sim apenas àquela alienação/oneação que se deu por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública.*

É a dicção legal. O CTN presumiu o intuito fraudulento entre o devedor e o adquirente do bem do devedor. Mas não o fez em relação a terceiros que, na cadeia de alienações, posteriormente, venham a adquirir o bem, não mais da pessoa do devedor.

É que, no caso de alienações sucessivas, reputar-se-ia absolutamente ficcional, dissociada de base empírica ou regras de experiência, a presunção de fraude a atingir adquirentes distantes daquele negócio originariamente viciado. Os princípios da segurança nas relações jurídicas e da boa-fé não recomendariam a presunção. Agiu bem, pois, o legislador.

Sob tal linha de raciocínio, no caso de alienações sucessivas, às alienações posteriores, não se aplica a presunção do art. 185 do CTN, e sim a Súm. 375 do STJ: “o reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente”.

Nesse sentido, o E. TJSP: “*APELAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. Pretensão dos embargantes de levantar a constrição que recai sobre o bem de sua propriedade, penhorado a pedido da Fazenda Estadual em execução fiscal. Alienações sucessivas. Co-executado que alienou o bem a terceiro que, por sua vez, o revendeu aos embargantes. Primeira alienação, provavelmente, feita em fraude de execução, sem necessária contaminação da subsequente. Inocorrência de fraude à execução da segunda alienação. Hipótese dos autos que não se enquadra no disposto no art. 185, do CTN. Não comprovados pelo Fisco Estadual a má-fé dos embargantes, ou a ciência acerca da execução fiscal. Inteligência da Súmula 375, do STJ. Precedentes. Sentença de procedência dos embargos mantida. Recurso não provido*”. (Ap. 0001296-38.2011.8.26.0498,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Rel. Paulo Barcellos Gatti, 4ª Câmara de Direito Público, j. 11/11/2013)

No caso em tela estamos diante de alienações sucessivas, já que, como observamos às fls. 13/15, o veículo se encontrava alienado ao Banco Bradesco S/A no período de 09/11/05 a 28/01/2008; após foi alienado ao Banco Abn Amro Real S/A de 08/02/08 a 27/01/11 e por à BV Financeira desde 07/02/11 a 04/02/12, quando foi baixado o gravame em favor de Edson Jose Baptista, tendo este alienado o veículo ao embargante, em 24/02/2012..

A má-fé, no caso, precisa ser comprovada, e não o foi pela embargada.

Assim, é de rigor a concessão dos embargos.

### DISPOSITIVO

Ante o exposto, **CONCEDO** os embargos de terceiro para **LEVANTAR O BLOQUEIO** que recaiu sobre o veículo indicado no impresso de fls. 10 destes autos, bloqueado através do ofício de fls. 95 dos autos principais, **CONDENANDO** a embargada em custas, despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados estes, por equidade, em R\$ 724,00.

Transitada em julgado, **OFICIE-SE** ao Delegado de Trânsito para que proceda ao **DESBLOQUEIO**.

P.R.I.

São Carlos, 24 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**